




Liberando o peso opressivo: emergências sociais e novas narrativas cidadãs na América Latina

Jorge Osorio Vargas¹



Citar artigo como: Osorio-Vargas, J. (2022). Liberando o peso opressivo: emergências sociais e novas narrativas cidadãs na América Latina. *Educación y Ciudad*, (42), 21-28. <https://doi.org/10.36737/01230425.n42.2022.2744>

Data de envio: November 10, 2021

Data de aceitação: December 30, 2021

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o que têm representado as emergências sociais e as chamadas "revoltas sociais", que têm sido mobilizadas na América Latina nos últimos anos, e que não são referidas apenas no contexto da emergência sanitária; vão além, envolvem diversos atores, expressões simbólicas, culturais, políticas e estéticas. As "revoltas", seus protagonistas e suas expressões ocupam um lugar neste texto, a ser observado do ponto de vista conceitual, social, cultural, político. Aqui, as revoltas podem ser lidas como uma crise de ilusões e tédio com a modernização oferecida pela ordem neoliberal; como expressões psicossociais que fizeram emergir imaginários coletivos de resistência e projeto.

Palavras-chave: movimentos sociais, cultura política, cidadania, educação própria.

I Os últimos anos foram de grandes emergências na América Latina. Não só sanitárias e sociais; vivemos também uma condição de emergência política que vem sendo protagonizada por uma pluralidade de atores e conceituada de diversas formas, cuja narrativa central é um terreno disputado de pesquisa, análise e produção teórica, política e estética, tanto pelos sujeitos das chamadas "revoltas sociais", suas organizações e centros de estudos, bem como por intelectuais e especialistas contraditórios (Labatut, 2021).

INO caso da revolta chilena, que abala o país desde o final de 2019, caracterizou-se como um "despertar" (Ruiz, 2020). Milhares de pessoas e grupos saíram às ruas das principais cidades do país e seus bairros para expressar um desconforto radical com as formas desiguais de distribuição do poder político e dos

¹ Educador chileno. Graduado em História pela Universidade Católica de Valparaíso. Pós-graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento, pelo Institute of Social Institute (ISS) em Haia; Diploma em Psicologia Junguiana pela Pontificia Universidad Católica, Santiago do Chile. Mestre em Educação e Mediação Pedagógica pela Universidade Antonio de Valdivieso. Atualmente é professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Valparaíso, do Mestrado em Educação, Inclusão, Diversidade e Interculturalidade e do Mestrado em Psicologia Organizacional e do Trabalho do mesmo Colégio. É professor associado do Programa e mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidad de Playa Ancha, Valparaíso. É membro do Grupo de Advocacia de Políticas Educacionais, GIPE-CEAAL, e foi Secretário Geral do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL). Conselheiro e facilitador de programas, seminários e publicações sobre educação de adultos, cidadania, pesquisa-ação participativa, formação de professores. Suas publicações podem ser consultadas em: <https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Osorio-3>. E-mail: josorio.humanidades@gmail.com

benefícios materiais, culturais, educacionais e legais no contexto de longos anos de aplicação das políticas neoliberais (Rojas-Maio, 2020).

Uma grande mobilização social se manifestou por meio de diversas formas de participação cidadã, como uma grande onda antineoliberal crítica e rebelde, capaz de redefinir os espaços públicos por meio do protesto, da revolta urbana e da revolta popular. Sujeitos e comunidades negligenciadas e vulneráveis corriam pelas cercas do protesto cidadão regular, e de seus espaços populacionais e de estudos cotidianos, de seus bairros, organizações juvenis, de produção cultural e artística, das margens das "cidades letradas" e dos circuitos midiáticos, os cidadãos da nova geração deram vida a uma mobilização de alto impacto, emocionalmente intensa em sua dimensão comunitária, ousada em seus métodos de trabalho e conectividade, e com grande capacidade de convocação de pessoas e movimentos sociais, na forma de uma criação política e transversal - cultural. Meses depois, experiência semelhante foi realizada na Colômbia por coletivos mobilizados pela defesa da vida e da paz, por denunciar políticas corruptas e exigir dignidade, reconhecimento e justiça.

Uma imagem predominante nessas mobilizações foi a de jovens e mulheres transformando essas revoltas em um curto espaço de tempo em uma rede de demandas comuns, como a democratização do poder, o desmonte da economia neoliberal, a ressignificação das políticas sociais, a demanda por um Estado protetor diante das emergências sociais sanitárias, a reorganização das instituições políticas, uma resposta ativa da sociedade à crise climática e aos efeitos do extrativismo, justiça de gênero e defesa das comunidades indígenas expropriadas de seus

territórios e saberes, entre outras demandas não menos significativas.

Os mesmos e as mesmas protagonistas foram construindo narrativas para fornecer recursos argumentativos e simbólicos para as mobilizações. Imagens, ícones, performances e grafites foram configurando um imaginário político que se desdobrava por meio de metodologias de ação direta, produções culturais, manifestos e registros audiovisuais. O comum nessas manifestações –seja no Chile ou na Colômbia– foi mostrar à sociedade a existência de um contingente cidadão determinado a se rebelar e disputar agendas, espaços públicos e definições de futuro, as elites e as instituições políticas estabelecidas, desacreditadas no sentido dos cidadãos comuns. A vida cotidiana foi convulsionada por uma “fúriacidã móvel”, que se manifestou como uma reação ao dano, abuso e discriminação (Parra, 2001, 2002, 2019). Houve uma tomada coletiva da cidade que, a partir de uma contingência de alto conflito, pôs em evidência que, das cidades, das comunidades, das e dos cidadãos mobilizados, exigiu-se uma nova ordem política, novas condições efetivas de proteção e garantia dos direitos humanos. Uma “ordem pela dignidade”, pelo pleno reconhecimento das diversidades culturais, de gênero e étnicas, para estabelecer novas maneiras de fazer política a partir das comunidades e não sobre elas.

Todo o repertório de recursos simbólicos, discursivos, *slogans* e modos de afetação e convivência entre as e os protestantes foi criando um grande cenário cultural-político-educacional, cujo mapa e seus conteúdos foram se desdobrando à medida que os dias de mobilização avançavam, e que se mantiveram até hoje como marcas vivas de uma demanda de regeneração política no país a partir das bases cidadãs, o que no caso chileno pode ser visto na dinâmica

constituente que se abriu como uma das consequências do “despertar”.

Lideranças diversificadas, coordenação territorial, redes sociais de apoio, materiais educativos foram mobilizados para fazer de tudo que foi vivido, uma experiência de força, abalo e disputa das bases predominantes da moralidade pública e das formas de organização da sociedade. Que se assumiu como protagonista de possíveis inéditos, segundo as palavras do Paulo Freire. As mobilizações foram algo mais do que uma grande provocação, porque o que estava sendo comunicado há semanas era um chamado justo para extinguir ninhos de privilégios, estruturas econômicas e educacionais discriminatórias, criar um grande consenso por uma sociedade do *No-Harm* (Parra, 2019).

Três grandes argumentos estavam dando algumas chaves decisivas para uma melhor compreensão pública do que eles queriam expressar com as mobilizações: a criação de sociedades igualitárias, inclusivas, participativas, garantidoras dos direitos humanos, como o horizonte de convocadores do levante-protestos-revolta; a defesa e o cuidado da vida e o acesso aos bens comuns materiais e imateriais, para permitir o desenvolvimento de projetos de vida pessoais e coletivos e capacidades humanas fundamentais para serem protagonistas da transição dos tempos que vivemos local e globalmente, e a necessária virada abrangente sobre os motivos das inquietações e revoltas sociais, o que implica uma revolta epistêmica desta vez, que exige a construção de ferramentas críticas para desenvolver um conhecimento político que desmonte o patriarcado, o raciocentrismo, o antropocentrismo, o sexismo e os epistemicídios que atingem comunidades ancestrais e outras marcas da dominação material e simbólica atuais.

II

TAs revoltas podem ser lidas como uma crise de ilusões e tédio com a modernização oferecida pela ordem neoliberal, como um lamento por expectativas insatisfeitas com a democratização do consumo e promessas meritocráticas, discursos-chave dessa ordem. O neoliberalismo nada mais é do que a expressão recente de um capitalismo que expropria o sonho modernizador do povo e seu projeto de integração e desenvolvimento material. No entanto, as desigualdades e a precariedade da vida, a vulnerabilidade social e a mercantilização de serviços fundamentais, como saúde e educação pública, configuraram a face opaca "humana" e "compassiva" do neoliberalismo.

Mas não foi apenas a crise de expectativas e a desilusão com as promessas modernizadoras não cumpridas, que mobilizaram importantes setores populares e de classe média, mas também um sentimento explosivo de cansaço com os abusos, as humilhações culturais e a precariedade da vida que estão na profundidade, na matriz, da ordem neoliberal. A desterritorialização do emprego, a falta de acesso à educação de qualidade e a bens essenciais para sustentar a vida material, a geração de condições indignas no tratamento em áreas da vida social e laboral, a impunidade diante da corrupção da classe política, a precariedade e insegurança dos bairros populares, a segregação racializada, entre outras manifestações, acabaram configurando um clima de revolta, e a ordem neoliberal perdeu toda a sua credibilidade, tanto na versão administrada pelos setores políticos de direita quanto no progressismo.

As revoltas, como expressões psicossociais, operaram visualizando novos horizontes, configurando um imaginário coletivo de resistência e projeto, tornando-se,

usando a expressão de Franco Belardi, escolas de imaginação social (Belardi, 2014).

Foi como uma constatação de que é possível olhar mais além do que é regular, uma constatação vivida como um salto sobre as cercas materiais do controle institucional degradado e de que se desconfia, e o fim da proibição do protagonismo cidadão na construção de democracias: veja a imagem do salto da catraca do Metrô de Santiago como o evento inaugural das manifestações no Chile (Tapia, et al., 2021).

Os movimentos tiveram escalas e espaços diferentes. Eles foram implantados em grandes áreas urbanas, em bairros populares, em setores residenciais e comerciais, em pequenas e grandes cidades, em escolas, em universidades, em serviços públicos, em centros culturais e artísticos, nas ruas e em seus muros como grande mostra do imaginário cidadão (de Vivanco, Johansson, 2021) Grupos sociais e comunidades – danificados, violados – repararam seus sofrimentos mobilizando seus próprios desejos e poderes. As cidades fervilharam, os circuitos, os fluxos humanos e os espaços públicos adquiriram um tom de emergência, as memórias subordinadas emergiram e a intensidade das manifestações mais radicais – raiva e confronto – deram origem a processos de reflexão também radicais. As revoltas converteram os territórios em espaços de geração de agendas que ultrapassaram aquelas estritamente institucionais, mídia oficial, ou aquelas que tentaram colocar no centro as organizações políticas tradicionais.

O feminismo colocou a insubordinação como *slogan*; ambientalismo, a defesa da vida; grupos locais e culturais, o direito de viver democracias verdadeiramente participativas, abertas à inovação e com direitos soberanos de explorar significados políticos sem

precedentes para gerenciar a coexistência, a segurança e o acesso aos bens comuns científicos, tecnológicos e naturais. Educadores e educadoras populares, professores e professoras da rede escolar levantaram do cenário emergente um mapa de ações pedagógicas públicas, por meio de intervenções urbanas, performances, conselhos, fóruns de cidadãos e grupos comunitários de análise e comunicação. Foram integrados campos, veículos e ferramentas de facilitação, que encenaram os desejos dos movimentos coletivos no sentido educacional, gerando "formantes culturais" (Didi-Huberman, 2018), e redes que mantêm - até o presente - um fluxo de ações que funcionam como canais de influência pública nas situações pós-revoltas, por meio dos processos soberanistas e constituintes que se desenrolam nos países. Como diria Camus, da rebelião nasceu uma nova consciência, uma consciência que libera ondas que, de estagnadas, tornam-se furiosas (Camus, 2013).

III

As revoltas geraram uma linguagem explosiva, uma estética irreverente e formas de comunicação e manifestações artísticas que enquadraram o protesto como uma macro encenação de educação e ação cidadã, de forma viva do Teatro do Oprimido e da Estética do Oprimido, de Augusto Boal (Boal, 2016), que narrou a transição do abatimento de muitos grupos precários pela ordem neoliberal para sua mobilização e revolta, que recuperou as memórias de revoltas passadas e esquecidas e que registrou, em tempo real, o uso dos espaços públicos como cenários de "outras presenças", extravagantes, insubmissos e dispostos à disputa

face a face, e ao confronto, ao mesmo tempo áspero e poético, com repressão e muros, respectivamente.

Eles têm sido uma grande reivindicação do público e comum em contextos de liberdades políticas limitadas e alta discriminação e desigualdades. Abriram-se novos rumos para pensar e protagonizar a política democrática, para organizar grupos de cidadãos autogestionários; articular, a partir de agendas comuns, diversos movimentos sociais; exigir "pactos de igualdade" nos países, que construam acordos políticos de justiça social e recuperação da vida política sem violência e repressão; ampliar o sentimento de afeto e convivência nas mobilizações, sem machismo, sem exclusões por preconceito identitário, sem domínio das práticas políticas patriarcais; valorizar uma inteligência social e coletiva decorrente do exercício contínuo da "consciência" do próprio sofrimento, e também das opressões das outras e dos outros, promovendo projetos e convergências que configurem o poder cidadão e a voz social incidente na vida pública; criar um pensamento político neoparadigmático voltado para o cuidado com a vida e a responsabilidade planetária. Os e as protagonistas das revoltas plantaram as sementes de formas únicas de viver em comum, sem esconder raivas e exaltações, criando narrativas e arte, formando sentidos comuns, tornando visíveis as lideranças locais; desafiados, sim, a não serem apenas enxames efêmeros, mas sujeitos conscientes de sua responsabilidade de trabalhar em projetos de uma nova ordem, fundados na paz e no pleno respeito aos direitos humanos e à vida (Bauerman, 2020).

Referências

- Bauman, Z. (2020). *Sobre la educación en un mundo líquido*. Paidós.
- Belardi, F. (2014). *La sublevación*. Hekht Libros.
- Boal, A. (2016). *La estética del oprimido*. Interzona.
- Camus, A. (2013). *El hombre rebelde*. Alianza Editorial.
- De Vivanco, L. y Johansson, M.T. (2021). *Instantáneas en la marcha. Repertorio cultural de las movilizaciones en Chile*. UAH.
- Didi-Huberman, G. (2018). *Sublevaciones*. MUAC-UNAM.
- Labatut, B. (2021). *La piedra de la locura*. Anagrama.
- Parra, B. (2001). La política como discrepancia radical. *Polis 1*. <https://journals.openedition.org/polis/8169>
- Parra, B. (2002). Minorías de choque y poder político. *Polis* <https://journals.openedition.org/polis/7711>
- Parra, B. (2019). *Daño, resistencia y socorro mutuo*. <https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2019/10/04/dano-resistencia-y-socorro-mutuo/>
- Rojas-May, G. (2020). *La revolución del malestar*. Ediciones El Mercurio.
- Ruiz, C. (2020). *Octubre chileno. La irrupción de un nuevo pueblo*. Taurus.
- Tapia, M. A., Duarte, C. y Miranda, D. (2021). *Saltar el torniquete. Reflexiones desde las juventudes de octubre*. Fondo de Cultura Económica. 